CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE N° 1309/87 - Apenso PROC. DREC N° 7166/87

INTERESSADA: Moshy Lynda Vinatea Vega

ASSUNTO: Convalidação de atos escolares - matrícula na 1ª série do 1º grau, sem idade legal.

RELATORA: Consª. Anna Maria Quadros Brant de Carvalho.

PARECER CEE N° 1591/87 CEPG - APROVADO EM 14/10/87

COMUNICADO AO PLENO EM 28.10.87

1-Histórico:

Em 04-05-87, foi protocolado na 2ª Delegacia de Ensino de Campinas, o pedido da Sra. Diretora da Escola de Educação Infantil, solicitando ao Sr. Delegado de Ensino a regularização da vida escolar da aluna Moshy Lynda Vinatea Vega, nascida aos 16 de maio de 1981.

A situação a ser analisada, pelo Colegiado baseia-se no fato de a aluna ter sido matriculada na 1ª série do 1º grau sem idade legal.

De acordo com o ofício da direção do estabelecimento, a matrícula sem idade legal, relativa à 1ª série do 1º grau, foi baseada na Deliberação CEE n° 13/84, de 31-10-84, que dispõe sobre a matrícula Inicial na série mencionada.

Justificou, ainda, essa mesma diretora o atraso do pedido de autorização, "por motivo de desconhecimento do prazo legal e, de licença pós-parto", assim como assumiu total responsabilidade no caso.

Esclareceu, ainda, "ter realizado teste na aluna em 10-02-87, confirmando um QI muito elevado", classificando-a como superdotada e sugerindo o máximo de atenção para o caso.

Os autos estão instruídos com os seguintes documentos:

prova bimestral de Português;
prova bimestral de Matemática;
(março e abril).

A Assistência Técnica ressalta o seguinte:

-não constam dos autos para análise do expediente;
certidão de nascimento da aluna;
teste realizado em 10-02-87 -"confirmando um Q.I. muito elevado;
atestado do professor da classe;

parecer favorável de especialista ou educador de reconhecida competência até 15 dias após o início do ano letivo, no estabelecimento de ensino, conforme determina o § 1º do artigo 3º da Deliberação CEE nº 13/84).

É de se observar que, após três anos da norma emitida, a EEIPG "Chapeuzinho Vermelho" não poderia alegar desconhecimento da regra nela contida.

O protocolado foi encaminhado pelo Sr. Delegado de Ensino à Supervisão "para orientação à escola quanto aos procedimentos a adotar nos termos da legislação vigente".

A Sra. Supervisora de Ensino, sem opinar quanto ao pleiteado, encaminhou o expediente ao Sr. Delegado e manifestou-se tecendo as seguintes considerações, conforme segue:

"- a ninguém é dado o direito de alegar ignorância à Lei, como justificativa pelo seu descumprimento (Deliberação CEE 13/84), além do que nela se fundamenta para a sua petição;

- existe uma Comissão de Supervisores designada pelo Sr. Delegado, desde 29-09-80, que procede à regularização da escrituração da escola em tela, e tem prestado as devidas orientações a esta, motivo pelo qual considerou inoportuno o despacho do verso de fls.02:

- o teste aplicado não atende ao § 1º do artigo 3º da Deliberação CEE 13/84 e as provas contém apenas assinatura da diretora;

- não se justifica o fato da interessada se encontrar afastada do cargo, pois não se concebe o funcionamento de unidade escolar sem elemento na sua direção;

- não questiona o mérito do desempenho escolar da aluna, mas não pode "aceitar que, à guisa de regularizar vida escolar de alunos, para não prejudicá-los, sejam referendados erros graves cometidos por direção de escolas, inclusive, imbuídos, muitas vezes, de dolo e má fé, ensejando reincidência de fatos dessa gravidade".

De volta os autos ao Sr. Delegado de Ensino, o processo foi baixado em diligência para as seguintes providências a serem tomadas pela Sra. Supervisora;

"- explicar a razão de considerar inoportuna a sua solicitação;
- emitir parecer conclusivo."

A Sra. Supervisora manifestou-se Pelo indeferimento ao

pleiteado e se justificou, pois considerou que a escola já havia sido devidamente orientada, sem contudo estar questionando ou ferindo-a competência a sua autoridade.

Novamente o processo voltou ao Sr. Delegado de Ensino que após análise, encaminhou-o ao Conselho Estadual de Educação -através da DRE de Campinas, pronunciando-se pelo atendimento à solicitação e advertência à escola, tendo em vista as seguintes considerações:

- o caso configura-se irregular por falha administrativa não detectada pela Supervisão;

- a edição da Deliberação CEE nº 13/84 possibilitou a solução de casos anteriores e zelou para que não houvesse reincidências;

- a proposta da Sra. Supervisora não parece o melhor caminho, pois não se pode interromper o processo educativo da aluna, a única punida e sem culpa; ademais, esta demonstrou excelente aproveitamento escolar.

Ao nível da Divisão Regional de Ensino, o caso foi verificado pela Assistência Técnica e ratificado pelo Sr. Diretor da DRE de Campinas que declararam:

- "é frustrante para um Supervisor de Ensino que procura desenvolver o seu trabalho com seriedade ver preterida a sua orientação;

- é difícil aceitar a justificativa apresentada pela interessada e a sua capacidade para diagnosticar a superdotação de uma criança;

- contudo, está em jogo a situação de uma criança, como bem argumenta o Sr. Delegado."

Na Coordenadoria do Ensino do Interior o Sr. Coordenador, após análise dos autos, foi favorável a convalidação da matrícula e atos escolares praticados, pronunciando-se conforme segue:

"Contudo, não deixamos de reconhecer fundamento" nas considerações apresentadas pela Sr^a. Supervisora de Ensino".

2-APRECIACÃO:

Moshy Lynda Vinatea Vega foi matriculada em 1987, na 1ª série do 1º grau, na Escola de Educação Infantil e de 1º Grau Chapeuzinho Vermelho, em Campinas, sem a observância das normas da Deliberação vigente.

A aluna em questão tinha idade inferior à exigida -

para matrícula na 1ª série do 1º grau, já que, em 1987, contava com 05 anos 08 meses e 27 dias.

A Deliberação CEE n° 13/84 é a norteadora desse assunto. Ela preconiza em alguns de seus artigos:

"Artigo 1º-Deverão matricular-se na 1ª série do 1º grau as crianças desde 7(sete) anos completos...

Artigo 2º - Poderão matricular-se nessa série também....

Artigo 3º - Poderão ainda matricular-se, excepcionalmente, na série de que trata o artigo 1º, crianças com idade inferior à prevista no artigo 1º, desde que a Escola, que pretenda efetivar a matrícula, comprove a existência de vagas, após atendidos todos os pedidos das prioridades dos artigos anteriores.

§ 1º - Os pedidos de autorização deverão ser apresentados pela Escola ao respectivo Supervisor de Ensino, instruídos -com parecer favorável de especialista ou educador de reconhecida competência até 15(quinze) dias após o Início do ano letivo no estabelecimento de ensino".

Conforme se pode apreciar nos autos, a direção da escola encaminhou ao Delegado de Ensino pedido de regularização de vida escolar da aluna, tendo sido protocolado na 2ª DE de Campinas aos 04-05-87. Vê-se, portanto, que o prazo estipulado pela Deliberação CEE 13/84, foi totalmente ignorado. Se a autorização da matrícula tivesse-sido apresentada em tempo hábil, estaria resolvida ao nível de Delegacia, com base na legislação mencionada.

As autoridades de ensino são responsáveis ao atendimento do solicitado para que não haja prejuízo para o aluno.

Deve, entretanto, a escola seguir a legislação vigente e as orientações dadas pela Supervisora de Ensino.

3-CONCLUSÃO:

À vista do exposto, convalida-se a matrícula de Moshy Lynda Vinatea Vega, na 1ª série do 1º grau, em 1=87, na EEEPG -"Chapeuzinho Vermelho", bem como os atos escolares praticados posteriormente.

São Paulo, 10 de setembro de 1987

a) Consª. Anna Maria Quadros Brant de Carvalho

Relatora

4-DECISÃO DA CÂMARA:

A CÂMARA DO ENSINO DO PRIMEIRO GRAU adota como seu Parecer o voto do Relator.

Presentes os Nobres Conselheiros: Anna Maria Quadros Brant de Carvalho, Cecília Vasconcellos Lacerda Guaraná, Iara Glória Areias Prado, João Gualberto de Carvalho Meneses, Luiz Antônio de Souza Amaral, Sílvia Carlos da Silva Picentel e Ubiratan D'Ambrósio.

Sala da Câmara do Ensino do Primeiro Grau, em 14 de outubro de 1987.

a) Cons^a. Cecília Vasconcellos Lacerda Guaraná
PRESIDENTE